

INCTE 2017

II Encontro Internacional de Formação na Docência
II International Conference on Teacher Education

Livro de Atas



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA Escola Superior de Educação

Bragança | 5 e 6 de maio | 2017

Livro de Atas

II Encontro Internacional de Formação na Docência (INCTE)

II International Conference on Teacher Education (INCTE)

Título: II Encontro Internacional de Formação na Docência (INCTE): Livro de atas
Edição: Instituto Politécnico de Bragança
Editores: Manuel Vara Pires, Cristina Mesquita, Rui Pedro Lopes, Graça Santos,
Mário Cardoso, João Sousa, Elisabete Silva, Carlos Teixeira (Eds.)
Ano: 2017
ISBN: 978-972-745-222-4
Handle: <http://hdl.handle.net/10198/4960>

Igualdade de género: uma reflexão crítica a partir do jardim de infância

Amélia Marchão¹, Hélder Henriques¹
ameliamarchao@esep.pt, helderhenriques@esep.pt

¹*Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal*

Resumo

Este artigo centra-se na promoção da igualdade de oportunidades em Portugal, num quadro de cidadania a partir do jardim de infância, e nele objetivamos destacar as representações de educadoras de infância e de crianças em idade pré-escolar sobre a problemática da igualdade no seu contexto pedagógico. Fundamos a nossa análise nos resultados de investigações orientadas desenvolvidas em cinco Jardins de Infância do distrito de Portalegre, Portugal. Os estudos que selecionámos foram desenvolvidos através de uma abordagem de natureza qualitativa, em que os participantes (educadoras e crianças) foram observados e escutados através de processos de questionário (adultos) e de entrevistas (adultos e crianças). A análise desenvolvida sobre o corpo das investigações norteou-se através de um processo de análise documental baseado na aplicação de duas grelhas de análise construídas para o efeito. O quadro teórico de suporte a esta comunicação plasma a revisão ‘do estado da arte’ sobre a temática da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, destacando, pelos resultados dos estudos em análise, o facto de esta questão ser pouco valorizada no contexto do jardim de infância pelas profissionais, o que redundava na observação e constatação de comportamentos e de atitudes estereotipadas, quer das crianças quer dos adultos. Deste modo, assumimos a necessidade de, no contexto da educação de infância, se promoverem práticas pedagógicas que fomentem a igualdade e permitam desconstruir, desde cedo, estereótipos sociais.

Palavras-Chave: educação pré-escolar; igualdade de género; educadoras; crianças.

1 Introdução

O jardim de infância (JI), tal como o perspectivamos, assume-se como um “*fórum*” educativo cuja dinâmica quotidiana deve desenvolver-se num quadro de cidadania, emergente de valores e atitudes de vida democrática, em que a igualdade de oportunidades e a equidade devem ser assumidas como lema a experienciar e a promover no presente e para o futuro da criança.

Nesse sentido, este contexto educativo assume as suas funções (integradora, socializadora e promotora de desenvolvimento e aprendizagem) num compromisso crescente, transversal e intencional, perspectivado na educação pessoal e social da criança, promovendo alicerces (atitudes, disposições e valores) para a construção da autonomia e de uma cidadania assente na consciência crítica, solidária, justa e equitativa.

Sabendo que no JI se deve viver a construção permanente de um currículo, tal como um projeto, fundado e gerido em participação, em que crianças e adultos estabelecem relações e interações em permanência, assumimos a necessidade de um ambiente educativo rico, inclusivo e valorizador da diversidade onde a criança pode, através de diferentes oportunidades de aprendizagem, ir construindo a sua relação com o mundo.

A aprendizagem em construção, de natureza holística, vai-se realizando e vai permitindo dar sentidos ao mundo natural, social e cultural onde a criança está integrada. Dado que o JI é um contexto social e relacional por excelência, assume-se que o mesmo deve facilitar que a criança experiencie oportunidades de aprendizagem em diferentes áreas de conteúdo (Formação pessoal e social, Expressão e comunicação e Conhecimento do mundo) (Silva, Marque, Mata, & Rosa, 2016), destacando-se neste texto a área de Formação pessoal e social, no âmbito da qual surgem objetivos de convivência democrática e cidadania, com destaque particular para a igualdade de oportunidades de género.

A vida no jardim de infância deverá organizar-se como um contexto de vida democrática, em que as crianças exercem o seu direito de participar, e em que a diferença de género, social, física, cognitiva, religiosa e étnica é aceite numa perspetiva de equidade, num processo educativo que contribui para uma maior igualdade de oportunidades entre mulheres e homens (Silva et al., 2016, p. 39).

As Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (OCEPE) (Silva et al., 2016) defendem que a promoção da igualdade de género é um elemento fundamental no âmago da educação para a cidadania e para a construção de uma democracia verdadeira, referindo que compete ao adulto desenvolver uma ação educativa intencional e que “conduza a uma efetiva igualdade de oportunidades entre rapazes e raparigas, no processo de socialização experienciado no jardim de infância” (Silva et al., 2016, p. 39).

Porém, a sociedade portuguesa é forte em estereótipos sociais, nomeadamente de género, e importa, por isso, perceber como os adultos (educadores/as) que no contexto educativo intencionalizam a educação e a formação da criança, se posicionam perante o desafio de precocemente educarem para a igualdade de género, sendo também importante perceber as representações da própria criança.

Assim, é objetivo deste texto destacar as representações de educadoras de infância e de crianças em idade pré-escolar sobre a problemática da igualdade no seu contexto pedagógico, pelo que, num quadro de análise interpretativo, apresentamos uma síntese de resultados organizada a partir de um conjunto de cinco investigações académicas realizadas no âmbito de um Mestrado em Educação Pré-escolar e de um Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, desenvolvidas em cinco jardins de infância do distrito de Portalegre.

Os estudos que selecionámos foram desenvolvidos através de uma abordagem de natureza qualitativa, em que os participantes (educadoras e crianças) foram observados e escutados através de processos de questionário (adultos) e de entrevistas (adultos e crianças).

A análise desenvolvida sobre o corpo das investigações norteou-se através de um processo de análise documental baseado na aplicação de duas grelhas de análise construídas para o efeito pelos autores deste artigo.

2 A necessidade de educar para a igualdade de oportunidades de género

O documento curricular de referência para a educação pré-escolar, OCEPE (Silva et al., 2016), alerta a comunidade educativa para a importância da ação educativa a desenvolver com as crianças se estruturar num contexto de interações sociais positivas e coerentes com atitudes, valores e disposições “que constituem as bases de uma aprendizagem bem-sucedida ao longo da vida e de uma cidadania autónoma, consciente e solidária” (p. 33). O mesmo documento curricular chama particular atenção para o facto da criança construir os seus referentes a partir das/e nas interações com os outros e com o meio, e para o facto de esses referentes lhe irem permitindo tomar consciência da sua identidade e da necessidade de respeitar os outros, ao mesmo tempo que desenvolve a sua autonomia como pessoa em aprendizagem permanente, compreendendo o que está certo e o que está errado, “o que pode e não pode fazer, os direitos e deveres para consigo e para com os outros” (Silva et al., 2016, p. 33).

Estas e outras aprendizagens de natureza pessoal/social, como hoje se sabe, não se ensinam; aprendem-se na emergência das relações com os outros e em sociedade, o que constitui um desafio fundamental para educadores/as a quem se exige, para além do conhecimento científico e pedagógico, uma sensibilidade particular para uma educação justa, solidária, equitativa e, por isso, ausente de estereótipos.

Esta sensibilidade particular passa pela aceitação da criança tal como ela é, ajudando-a a construir a sua identidade (na fase pré-escolar com um ‘eu’ ainda em construção). Neste processo, o sexo da criança (ser menino ou ser menina) surge como “um aspeto central na construção da identidade” (Silva et al., 2016, p. 34) e identifica-se como um fator biológico e “também [como] um factor social e cultural uma vez que as pessoas tendem a reagir de maneira diferente perante” (Cardona et al., 2010) um menino/homem ou uma menina/mulher.

Tal como Cardona et al. (2010) referem, o termo sexo é utilizado para “distinguir os indivíduos com base na sua pertença a uma das categorias biológicas: sexo feminino e sexo masculino” (p. 12) e

género é utilizado, segundo as mesmas autoras, para “descrever inferências e significações atribuídas aos indivíduos a partir do conhecimento da sua categoria sexual de pertença. Trata-se, neste caso, de categorias sociais decorrentes das diferenças anatómicas e fisiológicas” (p. 12).

A criança vai aprendendo a identificar as suas diferenças biológicas e anatómicas e, por volta dos três anos, modo geral, define-se como menino ou como menina. Porém, começa também a fazer essa identificação de modo associado a um conjunto de estereótipos sociais que atravessam a sociedade e que vão passando de geração em geração. Estes interferem na identidade da criança ainda antes dela nascer, quando o pai e a mãe determinam o seu nome ou quando organizam o seu enxoval e o seu quarto segundo categorias de cores (rosa para menina, azul para menino) ou de brinquedos (bonecas para meninas, carrinhos para menino). É, deste modo, que a criança começa a construir a sua identidade de género, ou seja a formar-se segundo “as ideias sobre a feminilidade e a masculinidade, construídas ao longo do tempo pelas diferentes sociedades, e que são associadas às expectativas que foram sendo criadas sobre o que é adequado a mulheres e a homens” (Nunes, 2009, p. 13).

Essas ideias, designadas por estereótipos, correspondem a crenças associadas ao feminino e ao masculino e que

são independentes da realidade concreta de cada ser humano, homem ou mulher – das suas capacidades e aspirações; da sua individualidade física e psicológica – e que, enquanto preconceitos, condicionam a vida de uns e de outras, restringindo as suas escolhas, os seus percursos e projectos de vida (Nunes, 2009, p. 13).

Os estereótipos afetam a vida dos adultos, mas também a vida das crianças, podendo essa influência ser observada nas suas atitudes, comportamentos com os outros ou individualmente, no desenvolvimento de papéis de género, por exemplo em situações de jogo simbólico, de brincadeira, ou de escolha de brinquedos ou de peças de roupa.

Conhecem-se hoje diferentes teorias explicativas do modo como a criança constrói a sua identidade de género. Rodrigues (2003) resume essas teorias e informa-nos que para as teorias psicanalíticas, a criança constrói essa identidade por via do afeiçoamento aos pais e pela identificação com o pai do mesmo sexo. Informa-nos também que os teóricos da aprendizagem salientam o processo de modelação, por via do reforço e da observação do contexto familiar e do ambiente social, e que os teóricos cognitivos salientam que “o conhecimento que a criança vai desenvolvendo de esquemas de género é superior, junto com as características que constituem estes esquemas na sociedade em geral” (Rodrigues, 2003, p. 40).

Salienta a autora, em termos de síntese das diferentes teorias, que estas encaram os pais como as maiores influências, mas não as únicas, “no desenvolvimento de papéis de género das suas crianças” (p. 41). Também os/as amigos/as, e as/os educadoras/es influenciam a criança na construção identitária que vai fazendo.

Dado que hoje se assume que o género é um dos organizadores principais no “percurso individual de cada cidadã ou cidadão, na formação das respectivas competências para o exercício pleno da cidadania” (Cardona et al., 2010, p. 18), logo um dos princípios organizadores das sociedades democráticas, com uma cidadania ativa, urge iniciar a educação para a igualdade de género precocemente, na idade pré-escolar.

A educação na/para a igualdade de género assenta na educação para a cidadania, sobressaindo, neste caso, a desconstrução de estereótipos associados aos traços ou atributos de personalidade, relativos aos papéis desempenhados, às atividades profissionais ou às características físicas ou de apresentação/imagem de mulheres e de homens.

No II, a educação para a cidadania, e de modo particular para a igualdade de género, deve realizar-se através de pedagogias de índole participativo e de aceitação da competência da criança, num sentido solidário e igualitário que a ajudem a construir comportamentos não estereotipados. Promover e educar para a igualdade de género deve, de modo natural mas intencionalizado, incluir um processo educativo alicerçado em valores socioculturais e de desenvolvimento pessoal e social impregnados de cidadania ativa, e deve decorrer

num ambiente educativo em que o tempo, o espaço, os objetos, as situações e as decisões são partilhadas e tomadas entre direitos e deveres e em clima de aceitação das diferenças, logo

aceitando as diferenças de género numa atitude de equidade (Marchão & Henriques, 2014, p. 1417).

Contudo, tais práticas só são possíveis quando os adultos exercem a cidadania plena e têm consciência da multiplicidade de estereótipos a que as crianças estão sujeitas, desconstruindo-os e “questionando situações que vão ocorrendo na vida do grupo, e que reflita sobre as suas atitudes, os materiais, recursos e atividades que propõe” (Silva et al., 2016, p. 34). São práticas expressivas de valores e de normas socioculturais que focalizam o desenvolvimento pessoal e social, grande objetivo da educação pré-escolar, através de partilha de decisões entre os direitos e os deveres em clima de aceitação das diferenças (Marchão & Bento, 2012).

No exercício desta prática educativa as/os educadores/es de infância podem recorrer ao Guião de Educação, Género e Cidadania – Pré-escolar (Cardona et al., 2010), editado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, que se configura como um guia orientador de uma ação educativa promotora da igualdade de oportunidades de género e que requer uma atenção detalhada e focalizada no ambiente educativo, em que a organização do espaço potencia a experientiação de situações incentivadoras de uma participação igualitária de meninas e de meninos.

As crianças precisam, neste sentido, de participar ativamente em grupos diversificados e em que possam “viver interações dialógicas e lúdicas que promovam a aceitação entre os papéis e comportamentos de género de uma forma igualitária” (Prates, 2014, p. 34), seja em atividades orientadas e planeadas, ou seja em atividades emergentes e em codecisão.

3 Design(s) metodológico(s)

A análise desenvolvida sobre o corpo das investigações que selecionámos para apresentação neste artigo norteou-se através de um processo de análise documental baseado na aplicação de duas grelhas de análise construídas para o efeito, e que foram utilizadas sobre as investigações realizadas por Alvanel (2015), Bento (2011), Cabral (2015), Duarte (2014) e Prates (2014), todas orientadas cientificamente por um dos autores deste artigo.

As investigações a que nos reportamos foram desenvolvidas no quadro de um Mestrado em Educação Pré-escolar - Alvanel (2015), Bento (2011), Cabral (2015), Duarte (2014) - e de um Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco - Prates (2014). As primeiras foram desenvolvidas sob o formato de investigação-ação e a segunda tomou a forma de um estudo de caso.

Em qualquer dos estudos analisados, as autoras seguem uma linha descritiva e interpretativa dos discursos recolhidos junto de educadoras de infância (dezassete) através de questionários e entrevistas construídas com o objetivo de identificar as representações de género e as oportunidades educativas que as mesmas promovem junto das crianças em idade pré-escolar e que contribuem para a educação para a igualdade de género. As autoras seguem, igualmente, esse sentido descritivo e interpretativo sobre os discursos das crianças (97) de cada uma das salas de atividades e recolhidos através de entrevistas semiestruturadas, desenvolvidas com cada uma das crianças e que tiveram por base narrativas criadas para o efeito.

Nas nove entrevistas (uma realizada por Bento (2011), quatro realizadas por Duarte (2014), três realizadas por Alvanel (2015)) e nos nove questionários aplicados pelas autoras às educadoras de infância dos cinco jardins de infância (seis realizados por Prates (2014) e três realizados por Cabral (2015)), modo geral, identificam-se aspetos/itens semelhantes, procurando identificar representações de género adotadas; identificar o lugar da educação para a cidadania nos contextos educativo-pedagógicos, em particular no que diz respeito à educação para a igualdade de oportunidades de género; e identificar que tipos de práticas pedagógicas são desenvolvidas no sentido da educação para a igualdade de oportunidades de género.

Nas 97 entrevistas realizadas às crianças (23 entrevistadas por Bento (2011), 20 entrevistadas por Duarte (2014), 21 entrevistadas por Prates (2015), 15 entrevistadas por Alvanel (2015) e 18 entrevistadas por Cabral (2015)) encontramos também matizes comuns, nomeadamente a existência de uma narrativa a ser desconstruída com as crianças e em que se objetivava conhecer as suas representações sobre o masculino e o feminino; identificar as suas representações sobre papéis sociais e profissionais

do masculino e do feminino; e identificar estereótipos sobre as suas escolhas (escolha de brinquedos e brincadeiras, profissões, cores, desporto).

A grelha de análise (grelha A) utilizada sobre estes estudos de investigação, construída pelos autores deste artigo, conjugou a inscrição das respostas encontradas em cada um dos trabalhos para cada questão colocada (nos questionários e nas entrevistas às educadoras) e as interpretações das autoras, seguida de um espaço/coluna que designámos de articulação/cruzamento e onde se inscreveu a interpretação que ora se apresenta, em síntese, neste artigo. A grelha teve como objetivo compreender e interpretar o que as educadoras inquiridas nestes estudos pensam sobre a importância de, logo no jardim de infância, se desenvolverem oportunidades educativas que concorram para a educação para a igualdade de género, bem como identificar algumas atividades realizadas com as crianças nesse sentido.

A grelha de análise (grelha B) foi utilizada para analisar as 97 entrevistas realizadas às crianças e estruturou-se nos mesmos moldes da grelha A. Com ela pretendemos conhecer o que as crianças pensam sobre a igualdade de oportunidades de género e identificar eventuais estereótipos existentes e fundadores das suas representações.

4 Síntese de resultados e principais conclusões

Da aplicação da grelha de análise designada por A, sobre as respostas dadas nas entrevistas e nos questionários aplicados às educadoras, identificaram-se várias tendências sobre o que pensam e da importância que atribuem à educação para a igualdade de oportunidades de género, e também sobre a existência de atividades promotoras da educação para a igualdade de género.

Começamos por reportar, através da Tabela 1, as tendências identificadas:

Tabela 1: Tendências nos discursos das educadoras sobre a igualdade de género

- A maioria das educadoras revela falta de informação sobre as questões de género.
- A maioria das educadoras revela representações de género alicerçadas em estereótipos sociais incompatíveis com uma sociedade democrática.
- A maioria das educadoras não revela consciência do uso de estereótipos ou de que esses estereótipos sejam veiculados para as crianças.
- A maioria não identifica que as crianças tenham atitudes ou comportamentos estereotipados de género no dia a dia do JI.
- O discurso da maioria das educadoras permite perceber que na prática educativo-pedagógica não organizam intencionalmente atividades promotoras sobre a igualdade de género.
- A maioria das educadoras desconhece o Guião de Educação, Género e Cidadania – Pré-escolar.

Como se vislumbra no quadro anterior, a maioria das educadoras revela falta de informação e de ação sobre as questões de género.

Com a aplicação da grelha A percebemos que o seu discurso confunde o termo género e o termo sexo, manifestando falta de literacia nesta matéria, que hoje se afirma fundamental e é considerada necessária na educação das crianças. Como antes vimos, o termo sexo diz respeito a uma categoria biológica e o termo género diz respeito a uma construção social, destriça que não é identificada nos discursos, sendo um termo ou outro utilizado como significando o mesmo, tendendo a utilizar a palavra sexo como significando género ou vice-versa.

Identifica-se também que a maioria das educadoras de infância participantes revela representações de género alicerçadas em estereótipos sociais, tendencialmente penalizando o género feminino, nomeadamente no que a profissões diz respeito. Para a maioria ainda existem profissões que se associam ao feminino (caso da profissão de educadora ou de professora, associada ao feminino pela vertente ‘maternal’) e outras ao masculino (caso da profissão de motorista ou outras em que impera a força). Num contexto democrático é difícil aceitar, por parte de algumas profissionais de educação este discurso estereotipado e indiciador de práticas educativas construídas sobre estereótipos indicadores de atitudes e de comportamentos não igualitários e centrados na injustiça social.

A maioria das inquiridas refere que, em momentos de observação das crianças nem sempre estão atentas, por exemplo, a brincadeiras que revelem estereótipos de género e referem que não intencionalizam particularmente atividades e estratégias que promovam a igualdade de oportunidades de género. Contudo, todas afirmam que todas as crianças (meninos e meninas) podem brincar em todas as áreas da sala de atividades, independentemente, como dizem, a área ser a da ‘Casinha’ ou a da ‘Garagem’.

Revela-se, concomitantemente, no seu discurso, uma certa inconsciência das suas representações estereotipadas, o que é revelado quando se lhes pede para darem exemplos de atitudes ou comportamentos das crianças estereotipados (que as mesmas dizem não identificar, referindo também que nem sempre intencionalizam a observação nesse sentido) e quando se lhes pede para darem exemplos de atividades e estratégias que utilizam no âmbito da educação para a igualdade de género.

Das suas palavras, identifica-se a não existência de atividades intencionalizadas e objetivadas na promoção da igualdade de género, apenas referindo que as atividades se resumem ao aproveitamento de episódios/situações emergentes no contexto pedagógico (porém, note-se que referem que nem sempre intencionalizam a sua observação nesse sentido).

Reconhecemos alguma contradição no discurso das educadoras; por um lado afirmam que não identificam atitudes ou comportamentos estereotipados no âmbito do género e, por outro lado, face a práticas por si não intencionalizadas dizem apenas que atuam na emergência das atitudes ou comportamentos revelados pelas crianças. Esta contradição, possivelmente, advém da falta de informação e uso indiferenciado dos termos sexo e género e também de o seu próprio discurso (eventualmente também as suas atitudes, comportamentos e ações) demonstrar inconsciência sobre os seus próprios estereótipos de género. A contradição que identificámos ganha força se nos centrarmos em dados recolhidos através da observação efetuada pelas investigadoras/autoras dos estudos que nos servem de mote, mas que neste artigo não é objeto de análise.

Em maioria dizem também desconhecer o Guião de Educação – Género e Cidadania – Pré-escolar (Cardona et al., 2010) ou outro qualquer material ou recurso que aborde a educação na e para a igualdade de género. Da nossa experiência como formadores nesta área, e reportando a dados de avaliação de duas oficinas de formação relacionadas com esta temática (ESE-IPP, 2014, 2015), concluímos que a disseminação de recursos como o Guião referido são muito importantes e devem constituir-se em objeto de formação contínua, no sentido de informar, sensibilizar, alertar, consciencializar para a necessidade de construir práticas pedagógicas sem construir estereótipos.

Da utilização da grelha designada por B, aplicada sobre os discursos das crianças, sintetizam-se na Tabela 2 os seguintes aspetos:

Tabela 2: Tendências nos discursos das crianças sobre a igualdade de género

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> – Todas as crianças se identificam como menino ou menina, baseadas no seu aspeto físico, no seu nome e nas suas brincadeiras. – Todas atribuem papéis sociais ao masculino e ao feminino, associando-os aos adultos de referência (pai, mãe, educadora). – As suas preferências (brinquedos, roupas, cores, brincadeiras) são baseadas em estereótipos sociais de género. |
|---|

Numa análise mais fina, percebe-se, do discurso das crianças, que todas elas assumem uma noção de género, o que deixa perceber que aos três, aos quatro e aos cinco anos as crianças constroem a sua identidade de género de acordo com categorias específicas – o seu aspeto físico, mas também o seu nome e as suas brincadeiras (que, nestes casos, podem já ser resultado de estereótipos socioculturais).

Todas identificam a mulher e o homem através de papéis sociais associados aos seus adultos de referência e centradas nas profissões do pai, da mãe, da educadora, das tarefas domésticas associadas ao pai ou à mãe, e aos momentos e atividades de lazer da figura masculina ou feminina da sua referência. Neste âmbito a mãe é, em maioria, associada a tarefas domésticas (cozinhar, lavar a louça, limpar a casa, etc.) e a cuidar dos filhos, enquanto o pai é, em termos gerais, associado à profissão fora de casa e ao descanso quando chega a casa (sentar/deitar no sofá, ver televisão/filmes, etc.). As crianças, em maioria, admitem tarefas e atividades só para mulheres (mães e educadoras) e só para homens (pais).

Quando se escutam as crianças sobre os seus brinquedos e sobre as atividades que realizam ou que gostam de realizar, fica também claro que as suas escolhas são fundadas em estereótipos, veiculados socialmente e eventualmente pela sua família de referência e/ou pelo contexto do jardim de infância. Os meninos escolhem carros, heróis no masculino, jogos de luta, força e perigo como brinquedos e brincadeiras preferidas; as meninas escolhem bonecas, carrinhos para as bonecas como brinquedos preferidos para brincarem às mães, às princesas, entre outras brincadeiras associadas ao universo feminino.

No que se refere a cores, a ideia socialmente associada a meninos e a meninas, está naturalmente no discurso das crianças, identificando o azul como cor de menino e o cor-de-rosa como cor de menina.

No cruzamento dos discursos das educadoras e das crianças, plasma-se um discurso e uma ação estereotipada, naturalmente veiculada pelos adultos e expressa no pensamento e na ação (brincadeira) das crianças. A falta de informação das educadoras associada à não intencionalização educativa das mesmas e as atitudes e comportamentos do pai e da mãe identificados pela voz das crianças (mas também em documentação incluída nos estudos analisados), revela-se de modo objetivo nos discursos das crianças.

Tal associação requer, por parte das educadoras um olhar mais consciente e formativo sobre a educação para a igualdade de género, que configuramos em colaboração com as famílias.

Como se preconiza nas OCEPE (Silva et al., 2016), é necessário que a ação educativa na educação pré-escolar promova a criança como pessoa social e com atitude positiva face a valores de igualdade, de justiça, de solidariedade e de respeito, associados ao género, e sobretudo, ao direito de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

5 Considerações finais

Da reflexão efetuada sobre os cinco estudos em análise, através das grelhas para tal construídas, são evidentes algumas considerações gerais.

Dos discursos dos adultos (educadoras de infância) destaca-se a falta de informação, associada a alguma inconsciência das participantes para integrarem e intencionalizarem práticas educativas centradas na educação para a igualdade de oportunidades de género; e a evidência, decorrente dos seus discursos, de uma atitude e ação impregnada de estereótipos de género, sem disso terem consciência.

Dos discursos das crianças, a partir da escuta das suas vozes, podemos também destacar que as suas atitudes e comportamentos são envoltos em estereótipos de género, construídos a partir das suas figuras de referência – o pai, a mãe, a educadora (entre outros) e esses mesmos estereótipos são visíveis nas representações de papéis masculinos e femininos, nas escolhas de brinquedos, de brincadeiras, de roupas e de cores.

Urge, neste quadro, implementar no JI a formação pessoal e social, a educação para/na cidadania num quadro de igualdade de oportunidades de género, através da formação, consciencialização e sensibilidade das educadoras para a intencionalização de práticas educativas assentes na participação e em valores não discriminatórios que assegurem a vigência da democracia, no presente e no futuro de Portugal.

Em conclusão, e enquanto formadores de educadores, precisamos de estar atentos e alimentar o conhecimento profissional dos/as jovens (mas também o daqueles que já exercem) com conteúdos, atitudes e comportamentos que os apetrechem de elementos e recursos que promovam a educação da criança nesta área tão sensível, mas determinante na construção do desenvolvimento pessoal e social e da cidadania plena.

6 Referências

- Alvanel, A. (2015). *O Jogo Simbólico e a Construção da Identidade de Género*. Relatório de Mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal.
- Bento, A. (2011). *Promoção da igualdade de género em contexto de educação pré-escolar*. Relatório de Mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal.

- Cabral, V. (2015). *Educar para a Cidadania Através de Práticas de Igualdade de Género na Educação Pré-escolar*. Relatório de Mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal.
- Cardona, M. J., Nogueira, C., Vieira, C., Uva, M., & Tavares, T.-C. (2010). *Guião de Educação, Género e Cidadania – Pré-escolar*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Duarte, J. (2013). *Promoção da Igualdade de Género na Educação Pré-escolar Através do Guião de Educação, Género e Cidadania*. Relatório de Mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal.
- ESE-IPP. (2014-2015). *Relatório da oficina de formação Currículo na educação básica e contributos para a formação global do/a aluno/a: construção da identidade de género e cidadania*. Portalegre: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre.
- Marchão, A., & Bento, A. (2012). Promoção da igualdade de género - um estudo em contexto de educação pré-escolar. In P. Brito, J. Alves, J. Nunes, R. Cordeiro, C. Dias, M. Martins & A. Palmeiro, *III Seminário de I&DT. Valorizar o saber, criar oportunidades. Comunicações* (pp. 572-586). Portalegre, Portugal: C3i - Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação.
- Marchão, A., & Henriques, H. (2014). Trajetos de investigação: quando escutamos as vozes das crianças. In SPCE, *Actas do XII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação* (pp. 1413-1420). Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes.
- Nunes, M. T. (2009). *O feminino e o masculino nos materiais pedagógicos. (In)visibilidades e (des)equilíbrios*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Prates, M. (2014). *Educação para a igualdade de género: um estudo de caso numa instituição de educação de infância*. Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal.
- Rodrigues, P. (2003). *Questões de género na infância. Marcas de identidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Silva, I. (Coord.), Marques, L., Mata, L., & Rosa, M. (2016). *Orientações curriculares para a Educação Pré-escolar*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.